

FRONTEIRAS: TERRITÓRIOS EM CONFLITOS[™]

Márcio Antônio CATAIA^{**}

Antes de iniciar minha apresentação, gostaria de agradecer aos organizadores do evento. O convite foi prontamente aceito, sobretudo, porque se trata de temática que venho desenvolvendo a um bom tempo e que tem ganhado importância na atualidade, especialmente em razão dos discursos sobre o fim das fronteiras (CATAIA, 2001). É importante neste momento, o reconhecimento de que o pioneiro destas discussões na Universidade de São Paulo é André Martin (1993), e é em razão de suas pesquisas que eu mesmo desenvolvi, desde meu doutorado, a temática das fronteiras.

Nosso texto apresenta inicialmente alguns autores que, se não são muitos, certamente são paradigmáticos na geografia por terem lidado com a temática das fronteiras, Friedrich Ratzel (1987[1897]; 1988[1897]) e Jaques Ancel (1936; 1938). São dois clássicos da Geografia Política que se dedicaram ao estudo das fronteiras, especialmente o segundo. Iniciaremos a discussão da gênese dos estudos sobre as fronteiras apresentando tipologias, depois retomaremos os dois autores, mas cotejando-os com um conjunto mais amplo de autores/idéias buscando atualizar o debate com foco em elementos empíricos do território brasileiro. Ao final faremos uma breve discussão teórica sobre a problemática das fronteiras. A discussão da gênese de uma temática pode soar como uma maneira de escapar ao debate atual, no entanto, ela pode ajudar a compreender aspectos da atualidade que já foram superados pela geografia, mas que renascem com novas roupagens, este é o caso da retomada da discussão sobre as fronteiras naturais. Muito já se falou de fronteiras naturais e também muito já se criticou esse enfoque na geografia. André Martin (1997) já fez a crítica à abordagem naturalizante das fronteiras. Assim, essa seria uma das razões, dentre outras razões mais de cunho metodológico, para buscar a gênese e atualizar o debate, procurando colocar as questões fronteiriças frente ao período atual.

TIPOLOGIA DAS FRONTEIRAS SEGUNDO FRIEDRICH RATZEL

Nessa busca por atualização, enfocamos a tipologia das fronteiras elaborada por Ratzel (1987; 1988), nela encontramos tipos, subtipos e atributos (vide Tabela 1). Nesta tipologia Ratzel (idem) divide as fronteiras em três grupos: *fronteiras políticas*, *fronteiras naturais* e *fronteiras artificiais*. As *fronteiras políticas* são ainda divididas em subtipos: simples, dupla, fechada, descontínua, deficiente e elástica. O que é importante notar é que essa tipologia realizada pelo autor tem a ver com a necessidade de compreender os movimentos que ocorrem em cada parcela ou região de um território nacional, ou seja, se cada região é um subespaço singular, então também as fronteiras incorporariam este princípio de existência. Então, para Ratzel¹ a mais simples de todas as fronteiras é aquela que não tem contato com outra área política. Isso talvez

[™] Transcrição da mesa-redonda “Fronteiras: Territórios em Conflitos” do XIII Encontro Paranaense de Estudantes de Geografia (EPEG), apresentada na noite de 23 de maio de 2008, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* de Marechal Cândido Rondon. Transcrito por Diane Daniela Gemelli, Djoní Roos, Erwin Becker Marques, Gabriel Rodrigues da Silva, Leandro Daneluz Gonçalves e Leandro Neri Bortoluzzi.

^{**} Professor Dr. do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Pesquisador do CNPq. Agradeço à Comissão Editorial da Revista Geografia em Questão o convite para publicação.

¹ Todas as referências de Ratzel são aquelas de 1987 e 1988 conjuntamente, pois tratam-se de duas traduções de uma mesma obra. Doravante evitaremos dar sempre as mesmas referências, portanto, quando aparecer Ratzel estaremos referenciando estas duas traduções.

fosse possível na época em que Ratzel escrevia sua obra, no final do século XIX e começo do século XX, porém, hoje é pouco provável que tenhamos uma fronteira sem contato com outro território. “*O mundo hoje é um grande ecúmeno*”, como diria Max. Sorre (1984), portanto encontraremos as fronteiras ocupadas e nesse sentido dinamizadas, ou, para usar uma expressão da geopolítica, vivificadas.

Tabela 1 - Tipologia das fronteiras segundo Friedrich Ratzel		
Tipos	Subtipos	Atributos
Políticas	Simple	Aquela que não tem contato com outra área política.
	Dupla	A contigüidade de dois territórios nacionais implica uma linha de demarcação e duas zonas de contato
	Fechada	São enclaves dentro de uma unidade política. Este seria o caso do País Basco.
	Descontínua	São exclaves, isto é, partes de Estados que estão fora de seus domínios territoriais. Este seria o caso das Ilhas Malvinas.
	Deficiente	Os conflitos por novas demarcações fronteiriças indicariam a deficiência da(s) demarcação(ões) anterior(es).
	Elástica	Por falta de boas cartas ou por erros dos cartógrafos muitas fronteiras aumentam ou diminuem suas extensões. O desenvolvimento técnico aprimorado diminui os “erros”.
Naturais	Marcos Físicos	São montanhas, rios, lagos, desertos, florestas, costas, etc. Estes seriam os limites do ecúmeno. Os atributos naturais das fronteiras não concernem só ao solo, o povo é aí incluído quando ele constitui um limite étnico.
	Boas	Ela é boa ou má relativamente à proteção de pode oferecer. Se a fronteira se prestar fisicamente à proteção do Estado num momento de guerra, então ela é boa, do contrário é considerada má.
	Más	Quando fisicamente não se presta à defesa militar de um Estado
Artificiais	Demarcadas	Qualquer fronteira demarcada por Tratado, mesmo que apoiada sobre um marco físico. Exemplo: fronteira sobre um rio que atravessa uma região étnica. A região natural étnica é definida pela etnia e não pelo rio

Fonte: elaborado pelo autor com base em Ratzel (1987; 1988)

Hoje as fronteiras simples estariam restritas às águas territoriais, assunto que não foi abordada por Ratzel. A questão das doze milhas marítimas (espaço soberano nacional) e das duzentas milhas marítimas (Zonas Econômica Exclusiva) está posta em debate para um país como o Brasil, sobretudo porque há interesses de defesa e econômicos que vão além das 12 milhas. A discussão colocada é justamente em relação àquilo que são as doze milhas que são consideradas território brasileiro e depois das doze milhas até as duzentas milhas que o Brasil tem direito de exploração, mas não direito de soberania sobre essa área. Esse é um elemento importante da discussão, sobretudo pelo fato de o Brasil estar explorando petróleo em águas profundas que ultrapassam as doze milhas. Há aqui uma clara “questão de fronteira” colocada ao debate. Enfim, essa tipologia tem certamente atualidade para a pragmática das relações internacionais e defesa nacional.

Aquilo que Ratzel chama de fronteira dupla, que é a contigüidade de dois territórios, Foucher (1991) denomina de *díade* (que serão abordadas logo à frente). As *fronteiras fechadas* e as *descontínuas* são estranhas aos territórios colonizados, de maneira geral do Sul. Assim, esse é um debate que tem a ver com a expansão territorial Colonial e Imperialista. Para tanto basta citar o problema atual envolvendo as ilhas Malvinas onde o Governo Inglês acaba de anunciar descoberta de fontes de petróleo, sob o protesto do Governo Argentino que não aceitaria sua

exploração, sob o argumento de que os poços de petróleo localizam-se em águas territoriais argentinas².

O que Ratzel chama de *fronteiras deficientes* são as fronteiras que apresentam problemas de demarcações e que estão em permanente discussão. Ainda hoje o Brasil faz a demarcação de suas fronteiras. Isso para nós é um elemento presente de construção do território nacional, sobretudo dos limites internos ao território brasileiro. Boa parte dos limites estaduais brasileiros estão ainda em discussão no Congresso Nacional.

A fronteira “*elástica*” hoje é referida ao desenvolvimento científico e tecnológico, pois a cada momento busca-se aprimorar, dar maior precisão àquilo que é considerado “impreciso”, sobretudo as fronteiras que têm marcos físicos e não matemáticos (sem ainda o uso do GPS) em sua definição. Numa tentativa de fazer desaparecer cada vez mais a fronteira como “zona”, para dar-lhe um caráter de “linha”, são utilizadas as novas tecnologias. A soma de marcos matemáticos aos antigos marcos físicos é cada vez mais realizada. Nos lugares onde os marcos físicos apresentam grandes extensões, a adoção de coordenadas geométricas implica em novos acordos políticos para a determinação da “localização” exata das fronteiras, é nesse sentido que as novas tecnologias implicaram em reconversões e, portanto, em novas plásticas territoriais.

Já as *fronteiras naturais* hoje também têm atualidade. As fronteiras naturais são uma metáfora, porque a escolha de um marco é sempre uma escolha política, ainda que o marco físico continue sendo um rio ou uma montanha. Mas por que “esse” rio foi escolhido e não “aquele” outro logo ali à frente? Portanto, é sempre uma construção que acaba sendo social. Essa discussão é muito mais metafórica do que de fato uma discussão mais profunda em relação à essência da fronteira. Em nossa forma de entender as fronteiras não seriam nem naturais, nem artificiais, as fronteiras são marcos híbridos formados por materialidades (naturais e artificiais) e normas.

Aquilo que Ratzel considera como *fronteira demarcada* é para ele uma fronteira artificial, não tendo qualquer marco físico, por isso seria necessária a construção de um marco artificial para a demarcação “no terreno” da delimitação prevista pelo Tratado estipulado entre os Estados.

Dessa forma, pode-se perceber que Ratzel tinha um apurado senso empírico e buscou a partir dessa apreensão, construir uma tipologia que tivesse a função e orientar os Estados na construção de seus territórios – numa apreensão pragmática –, afinal Ratzel afirmava que toda questão de fronteira era antes uma questão territorial. Logo à frente em nosso texto, buscaremos uma apreensão mais teórica e menos pragmática das fronteiras.

TIPOLOGIA DAS FRONTEIRAS SEGUNDO JACQUES ANCEL

Outra tipologia foi elaborada na década de 1930 por Jaques Ancel (1938)³. Nela são observadas tipos, subtipos e atributos das fronteiras (ver Tabela 2). A Tabela 2 é bastante elucidativa e por isso não adentraremos em cada tipo construído por Ancel, diferentemente do que fizemos com a tipologia de Ratzel, no entanto, retiramos dessa construção aquilo que de mais fundamental possui.

² A descoberta de petróleo no litoral das Ilhas Malvinas foi anunciada pelo Governo Inglês em maio de 2010, portanto, depois de nossa apresentação no evento, no entanto, incluímos essa informação no momento de revisão e apresentação do texto para publicação.

³ Essa tipologia proposta por Ancel (1938) é importante, sobretudo em razão de ter sido realizada após a Primeira Guerra Mundial, em face à fragmentação dos territórios (a *Balkanização*) e que serviu de base empírica para suas análises, processo que não ocorria quando Ratzel, no final do século XIX, realizou seus estudos.

Tabela 2 - Tipologia das fronteiras segundo Jaques Ancel		
Tipos	Subtipos	Atributos
Fronteira Plástica: Resulta unicamente de um equilíbrio: ela se modela sobre as forças vitais de dois povos. Plástica, ela tem um valor relativo	Fronteiras Medievais	Estados Clareiras: aumentam à medida que caem as árvores. Eram enquadrados pela floresta, ela mesma, uma “zona-fronteira”.
		Estados “ <i>routiers</i> ”: os vales das montanhas favoreceriam o aparecimento de rotas. Caso do rio Danúbio.
		Cidade-Estado: o Império Romano era menos um território que um poder, que pôde se estender a todo o mundo habitado.
Fronteiras Modernas: as fronteiras-zonas foram substituídas pelas fronteiras lineares	Nascimento da fronteira linear	O desenvolvimento técnico possibilita a demarcação de linhas fronteiriças no território.
	Espírito de fronteira	Em 18/06/1790 é colocada sobre a ponte do rio Reno uma bandeira com os dizeres: “Aqui começa o país da liberdade”. Assim nasce, segundo a expressão criada por Vidal de la Blache, o “espírito de fronteira”.
Fronteiras Físicas: foram feitas para serem vencidas. “Esta é a história do homem”	Abertas	Servem à circulação. Caso dos rios navegáveis.
	Fechadas	Servem como obstáculos, e por isso precisam ser vencidas. Caso de uma cadeia montanhosa, etc.
Fronteiras humanas: são aquelas produzidas pelas sociedades	Fronteira de pressão	São isóbaras políticas: resultam de um equilíbrio entre linhas de igual pressão (que os diplomatas transformam em fronteiras)
	Fronteira de civilização	São mais permanentes que as fronteiras de pressão, porém mais incertas e complicadas. Casos das línguas e religiões

Fonte: elaborado pelo autor com base em Ancel (1938)

O que é necessário destacar dessa tipologia elaborada por Ancel⁴ é sua discussão com relação à “*fronteira de pressão*”, termo cunhado por Jacques Weullerse, mas desenvolvido, aprimorado e transformado em conceito, dentro de uma teoria sobre as fronteiras, por Ancel. Essa idéia de fronteira como *isóbara política* ainda é muito utilizada hoje.

A fronteira interpretada como *isóbara política* é criticada por Gottmann (1952). Para este, Ancel (i) teria sido muito influenciado pela geografia alemã, a qual acreditaria que as pressões por expansão territorial existiriam sempre de um e de outro lado; (ii) também é criticado porque a combinação de elementos físicos e humanos nem sempre levaria à elucidação de um e de outro; e, por fim, (iii) a LEI teria sido inventada justamente para se evitar o uso da FORÇA. Como há muitos e muitos casos de desenvolvimento pacífico de relações comerciais entre nações, isto provaria que a idéia de *isóbara* não se sustentaria.

De fato, há casos de estabelecimento pacífico de fronteiras, porém, no início do século XX o mundo possuía por volta de 50 países e hoje chegam a 200 os territórios nacionais, sendo que boa parte deles, resultam de sérios conflitos, o que também daria boa dose de razão à existência de isóbaras políticas. Uma excelente metáfora para designar os conflitos fronteiriços, representativos das tentações por expansão territorial. Definidas como isóbaras políticas, porque formam linhas que delimitam dois campos opostos de forças por um certo tempo, mas tomando-se certos cuidados, como o de não matematizar as relações entre os campos de forças, que são os territórios nas suas várias compartimentações e escalas, ainda hoje essa definição guarda certo grau de validade.

Outra idéia presente na geopolítica é esse *espírito de fronteira* de que falava Paul Vidal de La Blache (*apud* ANCEL, 1938) que começa com a Revolução Francesa, quando é fincada

⁴ Todas as referências de Ancel aquelas de 1936 e, sobretudo 1938, por isso, doravante, evitaremos dar sempre estas mesmas referências, portanto, quando aparecer Ancel estaremos referenciando estas duas obras.

uma bandeira na fronteira com a Alemanha que dizia que a França era um país onde vigorava a liberdade e que a fronteira demarcava um limite da liberdade. Portanto, a fronteira teria nexos com o espírito de liberdade de um povo. Mais tarde essa idéia de um “espírito de fronteira” é retomada e deturpada pela geopolítica alemã⁵, sobretudo por Karl Haushofer (1986)⁶.

Também é fundamental notar na tipologia de Ancel, que não aparece a discussão sobre as fronteiras naturais. Em seu lugar consta a *fronteira física*, no entanto, esse tipo de fronteira, como observa Ancel com base nas afirmações de Vidal de la Blache, teria sido construída para ser superada, pois o desenvolvimento técnico, especialmente aquele ligado à revolução dos transportes, fez com que os obstáculos físicos, como rios, oceanos e montanhas, fossem pouco a pouco vencidos pela velocidade.

Afeito à tradição francesa de Jean Brunhes e Vidal de la Blache a geografia política de Ancel incorpora os princípios da geografia vidaliana. Para Vidal de la Blache (*apud* ANCEL, 1938:80), “*a civilização é a luta vitoriosa do homem contra os obstáculos que a natureza colocou diante dele; não há muralha nem fosso que não possam ser vencidos*”.

De fato, as barreiras físicas foram caindo uma a uma, enquanto outras, políticas, foram sendo erigidas pelos homens.

ATUALIZAÇÃO DO DEBATE SOBRE AS FRONTEIRAS

Buscando atualizar o debate sobre as fronteiras, alguns autores e suas idéias são apresentados, procurando traçar um panorama histórico, ainda que de maneira preliminar em razão do caráter de nossa apresentação e dos limites de nosso texto. É desnecessário dizer que esse escrutínio de autores e idéias é sempre incompleto, pois muitos mereceriam constar de tal elaboração, no entanto, aqueles que aqui aparecem, em nossa forma de entender, são aqueles mais representativos em razão de terem difundido formas ainda muito acessadas de interpretação das transformações do território e suas fronteiras (ver Tabela 3). Nesta seção de nosso texto, procuramos uma interpretação mais teórica e menos pragmática, como aquela feita até agora.

⁵ Albert Demangeon (1932) assinala que antes de Ratzel a geografia política jamais formara uma disciplina sistemática: “Ratzel foi o primeiro a compreender a complexidade das condições de existência e de funcionamento dos Estados e soube dar a seu estudo o caráter de uma ciência” (DEMANGEON, 1932:23). Mas, para Demangeon (1932), os seguidores de Ratzel, na Alemanha, se distanciaram demasiadamente desse espírito científico, ao fazer dessa corrente de pensamento um instrumento para restaurar o Estado alemão na sua força e na sua grandeza. Demangeon afirma que a geopolítica alemã é uma “máquina de guerra” que nada tem a ver com a ciência produzida por seu fundador, Ratzel.

⁶ Deve-se destacar que Ancel (*Manuel géographique de politique européenne*, Tome 2 l’Allemagne. Paris: Delagrave, 1939) se opõe à geopolítica alemã afirmando que a mesma estava a serviço de projetos expansionistas do Estado alemão e diverge de Haushofer a propósito da questão das fronteiras na Europa Central.

Tabela 3 - Idéias do debate (num escrutínio sempre incompleto)	
Autor	Idéias sobre o conceito “fronteira”
Friedrich Ratzel	As fronteiras são o órgão periférico do Estado, destacando-se duas características: fronteira como zona – as cidades – e fronteira como linha – traçado geodésico. Linhas e zonas são limites.
Rudolf Kjellen	As fronteiras são a epiderme dos Estados (uma análise mais da ciência política que da geografia).
Jacques Ancel	As fronteiras são isóbaras políticas, ou seja, linhas permanentes de tensão entre dois campos de força
Jean Gottmann	Afirma que o mundo não é uma “bola de bilhar”, sem fronteiras, porque o território é o “abrigo de um povo”, por isso a importância das fronteiras delimitando regimes políticos distintos.
Everardo Backheuser	Tomando as idéias de Ancel, Backheuser elabora uma “equação de pressão de fronteira” (Supan já havia proposto fórmula parecida), por considerar a fronteira como construção geopolítica dos Estados.
Karl Haushofer	A fronteira é a região da expansão. Um povo deve adquirir o “sentido” da fronteira, “esse precioso fator espiritual que mantém a vida”. A fronteira não corresponderia à linha geométrica do direito internacional.
Hildebert Isnard	As fronteiras são a cristalização dos limites da organização do espaço realizado por distintos projetos políticos, inclusive projetos não-estatais.
Michel Foucher	“A fronteira é uma descontinuidade geopolítica, com funções de delimitação real, simbólica e imaginária”. Considera as fronteiras segundo <i>díades</i> , bem como a existência de fronteiras internas.
Claude Raffestin	A fronteira é zona camuflada em linha. As divisões político-administrativas são encaradas também como fronteiras (fronteiras internas), porque elas seriam a armadura de sustentação e vitalidade da fronteira externa. Zonas e linhas fariam parte de um sistema de limites.

Fonte: elaborado pelo autor com base nos diversos autores desta Tabela constantes da bibliografia.

O primeiro autor, como já referido antes, é Ratzel. Ele elabora a fronteira como um “órgão periférico do Estado” – toda tipologia ratzeliana das fronteiras é elaborada a partir da concepção de que o território é um elemento subordinado ao Estado, o território pertence ao Estado. O território é um palco para a ação e o poder do Estado, sendo, por conseguinte, um suporte sobre o qual se dá o exercício do poder o Estado, consequentemente as fronteiras representariam a periferia desse Estado, que teria como centro sua Capital, ou cabeça pensante do Estado. Nesta abordagem a fronteira é a matriz de duas formas territoriais: a zona e a linha. Linha e zona fazem parte dos limites do Organismo Estado. Em sua analogia biológica, Ratzel **não** considera as fronteiras como órgãos centrais, ou seja, como aqueles que podem, em razão de uma história própria, querer tornar-se Organismo. Não! As fronteiras são órgãos periféricos, ou seja, nunca poderão ascender à condição de Organismo. Em sua “evolução” – esse é o termo usado por Ratzel em suas analogias orgânicas –, os Estados nascem, crescem e fenecem. Nesse processo, órgãos do Organismo Estado podem se separar ou fundir para fundar novos Organismos, mas para Ratzel, essa é uma característica somente atribuível às regiões, ao território, ao povo e ao Estado. Por isso, as fronteiras seriam órgãos periféricos, ou seja, elas derivariam dessas quatro matrizes, mas nunca teriam autonomia de existência.

Outro autor dessa discussão é Kjellen (1975), que considera a fronteira como a “epiderme dos Estados”. Em seu texto não cita Ratzel, mas é bem provável que tenha conhecido a idéia da fronteira como “órgão periférico”, pois a “epiderme” de Kjellen lembra em muito as proposições de Ratzel, contudo, diferentemente deste, aquele centra suas preocupações no Estado, deixando de lado a discussão sobre o território, o que tem que ver com sua filiação à ciência política. De fato, a epistemologia da geopolítica é de certa forma uma indecisão entre dois objetos de estudo, aquele da Ciência Política e aquele da Geografia. Em alguns momentos as discussões são centradas no Estado e outras no território. Uma dicotomia que mais desservi do que contribuiu para a idéia da conformação de um objeto claro de estudo.

Voltando a Ancel, porque falar na isóbara política? Porque as fronteiras são linhas de permanente tensão. Dentro dessa temática das linhas de tensão, as pesquisas relativas às cidades

gêmeas, mostram muito bem que são cidades únicas, ao mesmo tempo em que os sistemas jurídicos, normativos, monetários e de circulação de mercadorias são distintos. A crítica de Gottmann (1952) ao conceito de isóbaras políticas funda-se, em nossa forma de entender, numa dada escala, a nacional. Nesta escala, de fato, acordos bilaterais são realizados para a confirmação da paz, todavia na escala das cidades, ou seja, na escala local, a “paz entre as nações” não é encontrada no cotidiano, na *vida de relações* (GEORGE, 1972) extremamente complexa e, muitas vezes, extremamente violenta em razão de circuitos ilegais. Backheuser (1952) chegou a elaborar uma equação de pressão de fronteira para tentar prever os momentos de crise. Ele tenta matematizar a elaboração do que seja uma fronteira no sentido de manutenção de uma soberania.

Gottmann (1952) criticou as fronteiras como *isóboras políticas* porque entendeu que a fronteira nem sempre é resultado de pressão, mas pode ser também resultado de um acordo de paz sem a intervenção de qualquer pressão bélica. Não necessariamente uma fronteira seria delimitada somente no momento em que ocorressem pressões de ambos os lados, mas ela pode ser delimitada consoante acordos internacionais. Esse foi o caso da fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, estabelecida por Vidal de La Blache que, sem conhecer o terreno, pois sequer saiu da França, delimitou a fronteira no papel. Da Europa, com uma carta à mão, fez-se a delimitação sem ocorrer um conflito para isso. Em nossa forma de entender, Gottmann (idem) tem em mente a escala nacional, enquanto que o conceito de isóbara política continua atual segundo as escalas local e regional.

Para Gottmann (1952), duas forças são fundamentais para a construção e eficácia das fronteiras: *força de iconografia* e *força de circulação*. A circulação representa a possibilidade de mudança, enquanto que a iconografia é representada pela permanência, pela resistência em função da vida de relação dos lugares. Gottmann (idem) afirma que a circulação no mundo é acelerada de tal maneira que dificilmente os lugares poderiam manter-se estáveis, conseqüentemente a força de circulação agiria sobre as iconografias, ao mesmo tempo em que estas seriam essenciais à própria vida de circulação, pois sem as cidades não haveria como construir veículos, trens, navios ou aviões que aceleram a circulação. Assim, a própria força de iconografia seria um elemento de dinamização da circulação. Essas duas matrizes é que promovem cada vez mais o aparecimento/desaparecimento de fronteiras no mundo.

Em Haushofer (1986) a idéia de um “espírito de fronteira” toma um significado particular. Haushofer é um general que contribui para fundamentar cientificamente a geopolítica alemã e o próprio expansionismo alemão. Para o general, que publica seus escritos na década de 30 e inclusive durante a II Guerra Mundial, a fronteira é uma região de expansão. Ele escreve claramente isso: “*O entorno da Alemanha é uma região de expansão do povo alemão. O povo alemão deve adquirir o sentido da fronteira, esse precioso fator espiritual que mantém a vida*”. O que é novo em Haushofer (idem), é sua concepção da fronteira como “região”. É preciso destacar que ele dá uma nova definição para a fronteira, pois ela não é uma “zona”, termo que pode remeter ao espaço anecúmeno, numa Europa Central que não possui espaços desse tipo, por isso sua formulação abandona os princípios territoriais físicos, para elaborá-los segundo princípios de “raça”. Tampouco, a fronteira poderia corresponder às linhas estabelecidas pelo Direito Internacional ou pelos Acordos, pois as linhas já divisavam outros Impérios Europeus, daí a fronteira ser concebida como uma região aberta à expansão de um povo. Era clara a pretensão de fundar uma teoria para o expansionismo alemão durante a II Guerra Mundial. Ele monta um discurso geopolítico para a expansão de uma nação, ou seja, de seu “espaço vital”, daí as acusações à geopolítica alemã de ser uma “máquina de guerra”.

Em Isnard (1982), encontramos outros elementos atuais para a compreensão de nosso tema. Isnard (idem) é um autor paradigmático na discussão que tempos depois é aberta no Brasil por André Martin (1993), que é a reflexão sobre os limites internos ao território nacional. Estes dois autores são pioneiros em afirmar os “limites político-administrativos” como “fronteiras

internas”⁷. Até então se dizia – com base em Ratzel, Kjellen, Ancel, Weullerse, Gottmann, Backheuser, Haushofer – que uma fronteira é uma fronteira nacional, que opõe dois campos nacionais de forças. Isnard (idem) afirma que uma fronteira é a cristalização dos limites da organização de distintos projetos políticos. Os projetos políticos hegemônicos não são hegemônicos na totalidade de um território nacional, há oposições, por isso são construídas fronteiras internas. As fragmentações se dão dessa maneira. Portanto, existem fronteiras internas a partir de projetos que são distintos. Os movimentos separatistas baseiam-se nessa construção territorial, mas não têm o monopólio das fraturas, pois os regionalismos e localismos também compartilham rupturas territoriais. Esse é um movimento histórico, por isso as fronteiras são históricas e não naturais. Para Isnard (idem) os projetos não necessariamente passam pela hegemonia do Estado – a velha fórmula geopolítica que iguala Estado a Poder é questionada –, pois existem projetos que não são os projetos hegemônicos do Estado, mas que acabam por organizar territórios. Haveria projetos não-estatais, ou seja, outras formas de projetos que elaboram fronteiras, mas que não têm o Estado como ator principal.

Desde nossa pesquisa inicial sobre fronteiras (CATAIA, 2001) vimos trabalhando com o conceito de “fronteiras internas” para designar os “limites político-administrativos” em países de organização política federativa, como é o caso do Brasil, pois estados e municípios também legiferam, portanto, não são simples envelopes administrativos, mas de fato, trata-se de fronteiras que circunscrevem unidades políticas com certo grau de autonomia. Todos os entes da federação subordinam-se normativamente à Constituição Federal, inclusive a União, e não apenas estados e municípios.

Outro conceito que é agregado à temática das fronteiras nos anos 90 é a *díade*. Esse conceito é desenvolvido por Foucher (1991), para se referir às descontinuidades geopolíticas que as fronteiras apresentam. Uma fronteira nacional é formada por díades, ou seja, por pedaços de fronteiras. Existem tantos pedaços quantos são os países vizinhos. Incorporando, em certa medida, a proposição de Ratzel de que não existem “problemas de fronteiras, mas problemas territoriais transformados em problemas fronteiriços”, Foucher (idem), alerta que existem questões de fronteira nacional, mas questões internacionais em *frações* dessa fronteira nacional. Cada fração da fronteira nacional é uma questão bilateral para as relações internacionais, pois obviamente um conflito com um país pode não representar conflito com outros países.

Por fim, mas sem esgotar a temática, Raffestin (1993) considera que a fronteira é sempre uma “*zona camuflada em linha*”. Entre um e outro território nacional há zonas que se confundem, conseqüentemente as relações transfronteiriças assumem, em razão do aumento da circulação e da expansão da urbanização, caráter cada vez mais central nas relações internacionais. Pode-se tomar como estudo de caso, a Tríplice Fronteira do Brasil (Brasil/Argentina/Paraguai) ou mesmo a fronteira norte do México com os Estados Unidos. A vida de relações transfronteiriça, baseada no intercâmbio de culturas e de economias é marcante. Outrossim, para Raffestin (idem) as fronteiras internas têm valor fundamental na construção do poder nacional, porque elas compartimentam, dividem o território em unidades funcionais ao poder do Estado. Não existe Estado sem divisão do poder. Todo território precisa ser dividido para que o poder possa ser efetivado. A famosa máxima “dividir para reinar”, também é verdade para o território, portanto, a malha de fronteiras internas é a sustentação do poder do Estado. Nesse sentido, apesar das óbvias especificidades, não há oposição entre fronteira nacional e fronteiras internas, as duas são construídas para a existência de regimes jurídicos onde são instalados estruturas de poder do Estado, quer seja nacional, regional ou local.

As fronteiras, externas ou internas, são elementos constituintes da configuração territorial e, portanto participam da integração do território. Em verdade, todo território nacional é chamado a participar, pois é a nação (o Estado territorial + a sociedade civil), através dos mecanismos de poder de que dispõe (seja pela via legislativa – a Constituição e suas leis –, seja

⁷ Raffestin (1993) é outro autor pioneiro do debate das fronteiras internas e será discutido logo à frente.

pela via orçamentária ou fiscal, ou ainda pelo exercício do planejamento), que exerce seu peso político sobre todas as parcelas do território nacional.

MALHAS CONFRONTANTES DE USO DO TERRITÓRIO

Quando se trata das fronteiras internas e sua constituição em malha, duas matrizes de uso do território devem constar como instrumento analítico. Uma matriz é referida ao uso hegemônico do território – objeto do Estado e das grandes empresas de atuação nacional e global – e outra matriz refere-se ao uso subalterno do território – objeto de movimentos sociais e grupos de resistência e de contestação. Nesta parte de nosso texto trataremos do uso hegemônico por meio das propostas de criação de uma nova malha de estados e dos novos recortes indígenas e quilombolas.

Circulam no Congresso Nacional mais de uma dezena de Projetos de Decretos Legislativos (PDL) visando à redivisão do território brasileiro, na forma de novos estados e territórios federais. O denominador comum das reivindicações sugere que a redivisão favoreceria uma melhor administração territorial e uma maior eficácia aos governos subnacionais na condução do desenvolvimento econômico e social.

A proposta que apresenta maior consistência política é a do estado do Maranhão do Sul. A Comissão de Constituição e Justiça do Congresso Nacional aprovou a realização de plebiscito sobre a criação do novo estado. De fato, essa proposta está ligada a interesses ocasionais eleitores. É mais uma política de manipulação de fronteiras para manutenção de velhas estruturas de poder de oligarquias regionais. O *guerrymanderismo* continua como uma política territorial bastante demandada no território nacional. Todavia, o que chama atenção nas propostas de criação de novos estados é a contigüidade de quatro propostas: o estado do São Francisco (Oeste da Bahia), estado da Gurguéia (Sul do Piauí), estado do Maranhão do Sul e estado do Araguaia (Norte do Mato Grosso).

Todas estas áreas, propostas para a criação de novos estados, são áreas novas de expansão do agronegócio, sobretudo com a soja. Haesbaert (2002) considera que foi construído nos cerrados nordestinos (Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e Sul do Piauí) um espaço completamente distinto daquele elaborado pelas antigas populações, onde a vida de relações definia ritmos muito mais lentos de mobilidade social e geográfica. De acordo com Nonato (2005), o *front* agrícola é marcado por um expressivo aumento nos índices de urbanização, pela migração de sulistas e pela grande produção de soja, tanto assim que as principais cidades produtoras de soja em seus estados, como Sinop (MT), Imperatriz (MA) e Barreiras (BA), são apontadas como as futuras capitais dos novos estados (no caso da Gurguéia, a capital ainda não foi definida no PDL). Bernardes (1996) lembra que a migração nesses novos *fronts* agrícolas é comandada por empresários experientes originários do Sul do país, empenhados na construção de uma nova ordem econômica e social.

De fato, há questões político-eleitorais envolvendo todas estas áreas, porém mais importante que os resultados eleitorais é a compreensão dos processos que levam antigas oligarquias a perder eleições, e por esta razão propõem a redivisão do território para manter-se nas estruturas estatais de poder (*guerrymanderismo*) e, de outro lado, também compreender como as novas elites empresariais do agronegócio propõem ascender ao poder político estatal, também por meio da redivisão do território, com as mesmas práticas de *guerrymanderismo*. Ou seja, é por meio da manipulação do território que se dão as estratégias de alianças – de convivência e de concorrências – entre antigas e novas elites econômicas regionais.

Assim, questões regionais de pactos políticos entre elites (as tradicionais e as do agronegócio), seriam transformadas em questão nacional com a criação de um novo estado, pois

uma nova unidade da federação implica em redistribuição de recursos entre os membros da federação e em nova reorganização do poder no Congresso Nacional, mas ainda assim, a discussão da redivisão do território não é orientada a partir dos princípios da união dos entes da federação, mas a partir do imperativo da competitividade e dos interesses particulares de elites locais e regionais, o que serve à fragmentação da nação.

Estas propostas de uso hegemônico do território são cotejadas com novas propostas “não-hegemônicas” de usos alternativos do território. Estes são os casos dos territórios indígenas e quilombolas.

Em todo país, mas, sobretudo na Amazônia Legal, duas malhas de uso do território são confrontadas, a estatal (estadual e municipal) e uma outra malha de uso do território, que é a malha indígena. Esta é referida à ordem federativa ditada pela implementação de legislação protetora da cultura indígena (Terras Indígenas). A existência da malha indígena levanta questionamentos quanto ao uso político de novos recortes municipais. A superposição das duas malhas torna a regulação do território uma atividade que exige novos tipos de compromissos e articulações políticas entre esses novos atores da “cena” político-territorial. Há inúmeros casos em que a terra indígena é mais ampla que municípios inteiros, podendo inclusive ultrapassar fronteiras estaduais, portanto prefeitos e governadores, além de terem seus territórios regulados por legislação especial, ainda perdem poder de regulação política e administrativa para os escalões políticos responsáveis pela administração dessa malha.

Do ponto de vista da *federação formal, de jure*, só União, estados, municípios e Distrito Federal impõem-se no processo político de construção da federação, mas do ponto de vista da *federação de fato*, órgãos de regulação dos Territórios Indígenas e Quilombolas também são atores federativos, porém sem os canais político-institucionais disponíveis aos entes formais da federação. Bernardes (2005) assinala que em decorrência da expansão das áreas agrícolas modernas, grupos indígenas têm funcionado como barreiras ao avanço da fronteira tecnológica, entretanto as “ilhas de preservação” são afetadas em função das transformações espaciais do entorno em termos de destruição do ecossistema. Para Becker (2006), qualquer ação estratégica na região Amazônica deve considerar as diversas formas de uso e apropriação do território.

Concomitante a esses novos usos do território, outra malha veio compartilhar com as já existentes uma nova regulação do território. Esta malha é aquela formada pelos Territórios Quilombolas. O reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas sobre as terras que historicamente ocupam foi previsto pela Constituição de 1988. A regularização dos territórios quilombolas integra as ações do Programa Brasil Quilombola (sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial). Segundo o INCRA (Instituto Nacional e Colonização e Reforma Agrária – dados atualizados até julho de 2010) existem na atualidade 984 processos para reconhecimentos de território quilombolas; 110 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação foram realizados; 52 Portarias foram publicadas no Diário Oficial de União reconhecendo os territórios; 110 territórios quilombolas possuem a certidão definitiva de posse. De acordo com o Segundo Cadastro Municipal dos Territórios Quilombolas do Brasil (publicado pelo Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica da Universidade de Brasília, 2005), o Brasil possuía 2.228 comunidades quilombolas. Os territórios quilombolas vêm ampliar a tipologia dos compartimentos políticos que tem legislação especial. Esse “direito à diferença”, instituído como Direito, amplia o universo federalista brasileiro.

Estas formas de uso do território, referidas ao “direito à diferença” são a *personalidade das horizontalidades* (SANTOS, 2000) na medida em que pela integração solidária, obtida mediante solidariedades sociais, econômicas e culturais, os grupos sobrevivem em conjunto. Ainda que as forças centrípetas não sejam determinantes da construção dos compartimentos em territórios de modernização periférica, pois esses espaços também recebem os influxos das racionalidades da globalização hegemônica, as temporalidades internas, ou, contraracionalidades, definem formas diversas de convivência com o meio geográfico, criadas a partir do próprio repertório de estratégias que os grupos territorializados desenvolvem ao longo de sua

permanência nos lugares. A identificação do grupo com seu meio, em permanente tensão com as forças da circulação, alimentou a formulação dos conceitos de “força de coalescência” (SORRE, 1984) e “iconografia” (GOTTMANN, 1952). As *iconografias* e as *forças de coalescência* definem-se como forças de agrupamento que jogam o papel de cimento entre os membros de um grupo, e destes com seu meio.

As forças de permanência de um grupo, em *coalescência* com seu meio, continuam resultando de ordens internas, mas hoje, em face às interdependências globais, também são externas. Parte da força política de defesa das terras indígenas e dos territórios quilombolas veio de mobilizações internacionais, de idéias que, apesar de se realizarem localmente, compartilharam de fundamentos mundiais do chamado “direito à diferença”. Becker (2006) lembra que a delimitação das terras indígenas acelerou-se a partir da segunda metade dos anos 1980 em razão dos desmatamentos, das queimadas e da violência, sobretudo no Acre, que causaram impacto midiático mundial, por isso as pressões pelas demarcações territoriais também foram internacionais. De fato, as forças de circulação de que falava Gottmann (1952), têm um caráter de dissolução de hábitos, costumes e tradições que desorganizam a vida dos lugares, mas também são fonte de proposição de novas formas de convivência. Conforme Ribeiro (2000, p. 241) “a dialética construção/destruição (de bases culturais, de modos de vida, de hábitos e comportamentos, de formas de acesso a meios de subsistência, de recursos naturais) constitui, atualmente, um irrecusável compromisso analítico”.

Para Gottmann (1952), a circulação, que cria as mudanças, divide-se em duas ordens: a) uma ordem política, representada pelo deslocamento de homens, exércitos e idéias, e; b) uma ordem econômica, representada pelo deslocamento de mercadorias, técnicas, capitais e mercados. Esse recorte analítico orienta a distinguir entre as forças do mercado global, desorganizadoras da vida de relações, e a força das idéias veiculadas pela “altermundialização”, que podem contribuir para uma construção “progressista dos lugares” (MASSEY, 2000). Poderíamos dizer que nesta *aceleração contemporânea* parte substancial do edifício das *horizontalidades* deriva das *verticalidades* da globalização hegemônica, mas parte também é proveniente da globalização alternativa. Para Santos (1996) uma das razões da diferenciação entre os lugares vem do fato de eles serem diversamente alcançados, qualitativa e quantitativamente, pelos tempos do mundo.

Nessa direção, um recorte analítico consiste no reconhecimento da existência de malhas de uso alternativo do território, que são confrontadas com as malhas estadual e municipal exigindo assim novas formas de interpretação para esses novos usos do território brasileiro. Trata-se de superposições e mesclas complexas que merecem reflexão, pois o território é qualitativamente transformado ante a pluralidade e escala de origem dos atores sociais.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E FINAIS

A fronteira, caso particular do problema geral dos limites, é um quadro (sempre provisório) para as atividades humanas, contudo não é o quadro em si que importa, mas o que é enquadrado, ou seja, importam os grupos que as fronteiras unem e separam (FEBVRE, 1922; ANCEL, 1936, 1938; SORRE, 1984). Para Raffestin (1993), a “fronteira em si” só representa a face funcional e não a face processual das relações que a engendra. A face funcional só informa aquilo que resulta das relações, ou seja, ela informa a extensão zonal e linear de uma fronteira, mas dissimula em que condições uma fronteira toma forma, delineando compartimentos políticos do território. Enfim, as relações sociais seriam encobertas pelo fetichismo da forma e, para não ceder à “tentação da forma”, talvez pudéssemos inverter o título desta mesa-redonda, para que ficasse mais fiel à teoria: “território em conflito: fronteiras em mutação”.

Para não ceder ao risco da simples descrição da forma, entendemos que toda questão fronteiriça é antes uma questão territorial – a fronteira nunca pode ser dissociada do território,

assim tratamos da forma e de seu conteúdo, uma *forma-conteúdo*⁸. Já o território é interpretado pelo seu uso, diremos que as fronteiras são o resultado do uso político do território. Bernardes *et alii* (2000) nos convidam a considerar o espaço geográfico como sinônimo de *território usado*, que é tanto o resultado do processo histórico, quanto base material e social das ações humanas atuais. Não é o território em si que interessa à análise social, mas sim o seu uso (GEORGE, 1972; SANTOS, 1994), pois o *território usado* não é limitado por suas dimensões geométricas ou físicas, tampouco pode ser reduzido aos seus atributos formais, pois estes só designam a circunscrição de uma coisa.

Todo uso do território supõe delimitação e demarcação, ou seja, implica em apropriação e regulação do espaço a ser usado. A demarcação se efetua em distintas escalas segundo o *espaço útil* (GEORGE, 1972) destinado à atividade do grupo. Um território nacional, *espaço útil* (GEORGE, idem) onde o Estado exerce seu poder de regulação, é fracionado obedecendo aos critérios dos distintos usos locais e regionais. Essa é a tessitura do território.

Para Raffestin (1979; 1993), as tessituras resistem ao tempo porque são sustentadas por relações vividas, por laços de solidariedade que não se dissolvem sem a desorganização da vida de relações. Destruir ou apagar antigos limites desorganiza territorialidades atuais, e em consequência, questionaria o cotidiano das populações. Raffestin (idem) sublinha a existência de processos de territorialização – sempre criadores de limites – tanto de “cima para baixo” (dos atores hegemônicos para os hegemonzados), quanto de “baixo para cima”, por meio de práticas espaciais que fundam o cotidiano compartilhado, percebido, concebido e vivido⁹.

As tessituras se tornam mais densas à medida que o espaço é ecumenizado com ações organizativas. Estas ações político-territoriais não são isoladas e resultam de trocas promovidas entre as esferas econômica, social e cultural. Uma esfera nunca é isolada da outra, pois todas as ações dos homens comportam aspectos territoriais, econômicos, sociais, culturais e políticos, assim todas estas realidades intervêm, cúmplices ou hostis, incessantemente na construção dos compartimentos (BRAUDEL, 1998). Por isso, além de não se reduzir aos seus atributos físicos, o território não se reduza à sua dimensão jurídica, de área delimitada pelo poder de um Estado; há atores não-estatais que também fundem suas economias e culturas ao território, ainda que sem o caráter jurídico da “territorialidade estatal”.

Portanto, é necessário distinguir aquilo que é *juridicamente atribuído* e aquilo que é *efetivamente usado*. Um território nacional é juridicamente atribuído ao Estado, cada parcela do território é legislada pelo Estado, todavia a totalidade do território não é necessariamente usada, do ponto de vista social, pelo Estado. Os casos das populações que habitam lugares “abandonados” pelo Estado é uma expressão dessa dicotomia: legalmente apropriado, socialmente abandonado.

Num *espaço usado* (SANTOS, 1996) operam complexas combinações de variáveis internas e externas, novas e velhas, estatais e mercantis. Nunca coincidem os limites entre os espaços efetivamente usados, pois cada limite corresponde às diferentes capacidades de mobilização dos atores em usar aquilo que lhe é atribuído, ou, em se atribuir aquilo que é usado. Os limites são determinados no curso da história e se deslocam conforme variam o poder de expansão dos grupos e a força de atração por eles exercida sobre elementos marginais. Para Sorre (1984), as fronteiras são definidas por retoques, avanços e recuos em uma zona de contato.

Os compartimentos do espaço estão permanentemente envolvidos em estratégias sociais, econômicas, culturais e políticas. A cada nova forma da organização dessas esferas e das complexas tramas que resultam de suas coerências e conflitos, correspondem novos usos do espaço e, conseqüentemente, novas tentativas de delimitação do *espaço útil* atribuído a cada

⁸ “A idéia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa idéia também supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 1996, p. 83).

⁹ Essa concepção de Raffestin (1979; 1993) de “territorialização de baixo para cima”, vinculada a práticas espaciais de produção do espaço de acordo com momentos de percepção, concepção e vivência (“l’espace vécu”), tem uma clara filiação metodológica em Lefebvre (1974).

esfera. O relativo isolamento que havia entre os subespaços no mundo permitia a organização dos compartimentos a partir de finalidades que não escapavam ao lugar – evidentemente não se excluía os conflitos e as hierarquias próprios aos lugares, como bem os definiu Maffesoli (1984). Porém hoje, com a globalização, a Terra é inteiramente compartimentada, e todo e qualquer pedaço da superfície “se torna funcional às necessidades, usos e apetites de Estados e empresas” (SANTOS, 2000, p. 81). Redefinida em função dos atributos do atual período técnico-científico e informacional, a compartimentação atual distingue-se daquela do passado na medida em que hoje, à compartimentação, junta-se a fragmentação (SANTOS, idem), representativa dos separatismos, regionalismos e localismos.

De fato, duas abordagens analíticas sobressairiam, uma interpreta o território como condição material do Estado moderno, em que a defesa de sua soberania permanece fundamental e indispensável, principalmente em face aos conflitos associados à exploração dos recursos estratégicos e à valorização diferencial dos territórios pela atualização do capitalismo (RIBEIRO, 2000). Porém, paralelo a esta leitura, emerge outra compreensão do território – usado não só pelo Estado –, e expressiva da vida de relações mais próxima da sociedade civil, ou, das nações que compõem a sociedade brasileira.

Por fim, territórios e fronteiras estão ganhando novos contornos políticos. Como afirma Ribeiro (2000) a ironia é que antes eram Estado e mercado, este por meio das grandes empresas, que exigiam delimitações e demarcações inequívocas. Tratava-se de jurisdições claras para a consolidação do mercado nacional, enquanto outros movimentos exigiam a abertura das fronteiras nacionais em nome de um internacionalismo dos trabalhadores. Agora surge o contrário. Aqueles que pediam fronteiras claramente delimitadas aceitam flexibilizações, enquanto outros movimentos passam a exigir a demarcação, no sentido daquilo que dizia Polanyi (2000), “*a fronteira é um elemento de soberania*”. Quando o Estado se enfraquece em sua função de abrigar aqueles que vivem sob sua jurisdição, movimentos de resistências e de contestação lutam pela instituição de outras fronteiras, no sentido de se resguardar contra agressões externas – antiga (?) função do Estado.

Novamente, agradeço o convite para estar aqui e poder dialogar, e a atenção de vocês nesta noite.

BIBLIOGRAFIA

ANCEL, J. **Geopolitique**. Paris: Delagrave, 1936.

_____. **Géographie des Frontières**. Paris: Gallimard, 1938.

BACKHEUSER, E. **Curso de Geopolítica Geral e do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1952.

BECKER, B. **Amazônia. Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BERNARDES, A. et alii. **O papel ativo da geografia. Um manifesto**. Florianópolis: Estudos Territoriais Brasileiros/Laboplan, 2000.

BERNARDES, J. A. As estratégias do capital no complexo da soja. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Brasil. Questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 325-366.

BERNARDES, J. A.; FREIRE FILHO, O. de L. (Orgs.) **Geografias da soja: BR-163 fronteiras em mutação**. Rio de Janeiro: Edições Arquimedes, 2005.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII. O tempo do mundo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

- CATAIA, M. **Território nacional e fronteiras internas. A fragmentação do território brasileiro.**, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001. (Tese, Doutorado em Geografia).
- DEMANGEON, A. “Géographie Politique”. In **Annales de Géographie**, nº 229 – XLIIe Année, 1932, p. 22-31.
- FEBVRE, L. **La terre et l'évolution humaine.** Paris: Albin Michel, 1970(1922).
- FOUCHER, M. **Fronts e Frontières. Un Tour du Monde Géopolitique.** Paris: Fayard, 1991.
- GEORGE, P. **Os Métodos da Geografia.** São Paulo: Difel, 1972.
- GOTTMANN, J. **La Politique des États et Leur Géographie.** Paris: Armand Colin, 1952.
- HAESBAERT, R. Gaúchos e baianos no novo Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Brasil: questões atuais da reorganização do território.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- HAUSHOFER, K. **De la géopolitique.** Paris: Fayard, 1986.
- ISNARD, H. **O Espaço Geográfico.** Coimbra: Livraria Almedina, 1982.
- KJELLEN, R. “Autarcia”. In Rattembach, Augusto Benjamim, (Org.), **Antologia Geopolítica.** Buenos Aires: Pleamar, 1975.
- LEFÉBVRE, H. **La production de l'espace.** Paris: Éditions Anthropos, 1974.
- MAFFESOLI, M. **Conquista do presente.** Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- MARTIN, A. R. **As Fronteiras Internas e a ‘Questão Regional’ do Brasil.** Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1993. (Tese, Doutorado em Geografia).
- _____ **Fronteiras e nações.** São Paulo: Contexto, 1997.
- MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In ARANTES, A. A. (Org.) **O espaço da diferença.** Campinas: Papipus, 2000.
- NONATO, R. de C. **Crise da federação e federalismo corporativo: proposta de criação de novos estados no front agrícola brasileiro.** Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2005. 182f. (Dissertação, Mestrado em Geografia Humana)
- POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época.** Rio de Janeiro: Campus, 2000(1944).
- RAFFESTIN, C. **Travail, espace, pouvoir.** Lausanne: Editions l'Age d'Homme, 1979.
- _____ **Por Uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993(1980).
- RATZEL, F. **La Géographie Politique.** Paris: Fayard, 1987(1897).
- _____ **Géographie Politique.** Genève: Editions Regionales Europeennes, 1988(1897).
- RIBEIRO, A. C. T. Faces ativas do urbano: mutações num contexto de imobilismo. In Ribeiro, A. C. T. (Org.) **Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos e valores.** Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 235-250.
- SANTOS, M. O retorno do território. In SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. (Orgs.) **Território: globalização e fragmentação.** Anpur/Hucitec: São Paulo, 1994, p. 15-20.
- _____ **A Natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____ **Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

SORRE, M. Textos de Max. Sorre, organizados por MEGALE, J. F. São Paulo: Ática, 1984.